



O SIMBÓLICO E PODER DE SOBERANIA NO RENASCIMENTO

Nilton César Arthur
Doutor em Filosofia pela PUC-SP
Professor da UNIMEP

RESUMO: Este artigo tem o propósito de destacar uma configuração simbólica do período renascentista e suas correspondentes práticas históricas. Investigaremos a marcas do mundo e o uso de símbolos no estabelecimento de vínculos humanos. A abordagem se conduzirá pela ordem das Similitudes, mediada pela leitura de Michel Foucault, trazendo ainda contribuições de Ernst H. Kantorowicz, com o estudo de *Os Dois Corpos do Rei*. Apresentaremos, em um contexto territorial, o cenário de um sistema político denominado *macrofísica da soberania*. Além de uma exposição compenetrada na figura do rei soberano, daremos atenção à presença do modelo familiar patriarcal, ambos conectados, nesta análise, por um exercício de poder fortalecido pela propagação e circulação de marcas simbólicas no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Similitudes. Símbolos. Poder de soberania. Território. Corpos.

ABSTRACT: This article has the purpose of highlighting a symbolic configuration of the Renaissance period and its corresponding historical practices. We will investigate the marks of the world and the use of symbols in the establishment of human bonds. The approach will be guided by the order of Similarities, mediated by the reading of Michel Foucault, with contributions by Ernst Kantorowicz, with the study of *The King's two Bodies*. We will present, in a territorial context, the scenario of a political system called macrophysics of sovereignty. In addition to an exposition of the sovereign king, we will pay attention to the presence of the patriarchal family model, both connected in this analysis by an exercise of power strengthened by the propagation and circulation of symbolic marks in the world.

KEYWORDS: Similarities. Symbols. Power of sovereignty. Territory. Bodies.

Considerações iniciais

Nesta investigação, o foco de atenção recairá na relação entre figuras significantes do saber e formas de exercício de poder sobre as coisas e pessoas do mundo. Neste contexto, a análise deverá trazer à baila o resultado da decisiva tarefa do saber renascentista: instaurar, mediante signos, marcações simbólicas no mundo, por meio das quais se instalam e se reconhecem, sempre mais e mais, devidas semelhanças entre as coisas.

O desdobramento analítico entrará, pois, na abordagem das Similitudes - cuja temática não é recente na história, visto que, como tema circundante, suscitou questões filosóficas desde a Antiguidade, passando inclusive, com vitalidade e vigor, pelo Medievo. Aqui, em grande medida, a análise recairá sobre o século XVI, apresentando um mundo auto-alimentado pelo “círculo das similitudes” (FOUCAULT, 2000, p. 40), no qual se vê um domínio de poder político e simbólico sobre a realidade circundante.

Nesse bojo, adentraremos na problemática do *quem* se aloca nesta realidade, sem desarticulá-los do elo simbolicamente dado pela circularidade dos signos das similitudes. Assim, em meio a um cenário ritualizado de marcas ou sinais, abordaremos certa modalidade de poder, a qual se apresentou fisicamente mediante uma “materialidade”, segundo Foucault, marcada por uma “armadura ao mesmo tempo simbólica e real do poder soberano” (id, 2006, p. 96). Esta disposição de poder, mantida historicamente em funcionamento tanto no período pós-feudal quanto no pré-industrial, será destacada como “macrofísica da soberania” (ibid, p. 34). Tomar o poder macrofísico da soberania enquanto um tipo ritualizado de poder político valerá aqui para considerar a constituição de vínculos humanos operados por ele.

Marcas e cerimonial

De início, a respeito do século XVI, podemos dizer que a noção de *soberania* é afirmada enquanto “relação de poder que vincula soberano e súdito”, e confirmada, em sentido de recorrência, por um operante “rito do recomeço, da reatualização” (FOUCAULT, 2006, p. 53-54). Aqui interessa-nos avaliar tal aspecto ritual mantenedor desse tipo de poder. Isso porque, ao modo de um retorno cíclico, a realização prática de

um ritual, na função de catalisar a estreiteza do discursivo com o extradiscursivo, esteve mediada e “reatualizada por algo como a cerimônia” (ibid, 54). Conseqüentemente, por meio de uma ritualística cerimonial, no objetivo de fortalecer marcas simbólicas fundadoras - embasadas por relatos e até testamentos - é que se fez vincular, por assim dizer, uns em relação aos outros, na conjuntura da época. Consideremos.

É significativo o fato de que, no Renascimento, toda a multiplicidade humana esteve vinculada à “marca de uma anterioridade fundadora” (ibid, p. 53). Ou seja, advindo de um ato fundante no passado, importava que uma marca se reatualizasse ciclicamente, mantendo a força de sua decifração continuamente no dia a dia, a fim de garantir o poder simbólico a ela vinculado. Por isso, no tipo de poder de soberania, toma relevância a necessidade de retorno e reverência a todo símbolo fundador.

Dessa maneira, nas relações vigentes do cotidiano, é decisivo sempre haver o encontro da atualidade com a anterior “referência a um ato, a um acontecimento ou a um direito originários” (ibid, p. 59). Isso traz correspondência a uma sinalização de experiência originária, quer dizer, o conhecimento é antes um reconhecimento de algo que o precede, na ordem do já dito, ou do já tido no âmbito da experiência, relativo a uma ordem primeira e até originária do mundo. É como se disséssemos que, no mundo renascentista, *da verdade se diz* se relacionada a um *registro anterior* - pois o símbolo carregaria, com força de imantação natural, a condição de verdadeiro elo vinculador do passado ao presente. Tudo isso, é claro, trazido à tona por meio da prática cerimonial, ritual, ciclicamente atuante no simbólico. Assim, a experiência originária, realçada pela reedição, em círculos, de seus sinais, com os quais se preenche os acontecimentos, propõe senão uma incessante releitura, movida por um cerimonial do mesmo.

Dessa maneira, sempre os elementos vistos em cerimônia são símbolos sensíveis que se tornam importantes pela força do rito neles empregados: uma ampla conexão simbólica “é reatualizada pelo relato e é atualizada por gestos, sinais, hábitos, obrigações de cumprimento, sinais de respeito, insígnias, brasões, etc.” (ibid, p. 54). Considerando isso, remetemo-nos a indagar sobre o *porquê* de tantos sinais visíveis compartilhados? Pois bem, apoiar-se à marca, a um nome, a um dado conteúdo significativo, por certo é apontar um canal de transferência, de poder a algo ou a alguém. O que se visa por meio desta sinalização no mundo, em suma, é “consagrar o poder a alguém, concentrar o poder num indivíduo visível e nomeado” (ibid, p. 28).

Importa ressaltar, antes, um aspecto de fundo: o que se assume como necessário na articulação de todo e qualquer vínculo no mundo é a sua devida assinalação ou

marcação, quer dizer, aquilo que garante potencialmente a manutenção de um vínculo é a instauração e atualidade de uma marca visível. Qualquer assinalação colocada nas coisas reforça, cada vez mais, a ordem de mundo no envolvimento simbólico. Lembra Foucault que “a semelhança não pode ser conhecida por si mesma” (id, 2000, p. 57), por isso são necessários os equivalentes simbólicos, as marcas - sinais reais e visíveis para o mundo.

No corpo do rei, o vínculo da multiplicidade

Aproximemo-nos de um significativo cenário, cheio de simbolismos: a fim de dar visibilidade material ao poder, o soberano “precisa empunhar o cetro ou brandir a espada”, pois a sua maneira é “intervir como um raio” (FOUCAULT, 2006, p. 96). Nesta passagem, notamos que, da força cerimonial que opera a consagração de alguém, o exemplo renascentista mais expressivo, mais carregado de simbolismos se encontra na figura do rei soberano: há nele, afinal, a marca detentora do arbítrio de força, pelo lado de cima, da soberania.

Um aspecto importante a ser considerado é a dimensão corpórea da figura do rei. Isso porque a presença do rei, na medida em que se assenta em seu posto, é revestido pela visibilidade de “corpo de rei” - a sua eminente individualização, aos olhares circundantes, assemelha-se a um posto, a um lugar que se ocupa. Em outras palavras, sobressalta-se no corpo do rei o importante elemento do *quem*, em cuja materialidade extradiscursiva se imprime uma marcante significância discursiva: nele se decifraria a subsistência de uma “espiral monárquica”, cuja sucessão imperativa defende que, mesmo “quando o monarca desaparece, a monarquia tem de subsistir” (ibid, p. 56-7). Desde modo, a significância do corpo do rei não se apresenta em ser “simplesmente sua singularidade somática, tem de ser, além disso, a solidez de seu reino, da sua coroa” (ibid, 57).

A respeito disso, curiosamente, notamos que o rei é um indivíduo com um corpo, mas este não se reduz tão somente a sua dimensão singular. Diz Foucault que há a investidura de “um poder político no corpo, mas nunca faz a individualidade aparecer” (ibid, p. 57), isso quer dizer que a singularidade individual do rei nunca está à vista: o que se vê é a presença de um corpo carregado de simbolismos, devidamente para ver e ler. Dizendo de outra forma, no corpo do rei realizam-se a circulação e subsistência coletiva de signos. Propriamente o corpo do rei é um signo: é um significado para o seu

reino, é marca que liga, é cabo de ligação. Esse signo visível traz algo patente para todos os que a ele se vinculam: corresponde a um centro irradiador, cuja função é instalar a unidade corporal do reino. Compete a este corpo real ser a marca unitária de vínculo de toda a multiplicidade ao redor. Assim, a relação de soberania vai implicar uma “multiplicação do corpo do rei” presente em todos os súditos, realçando a idéia de um “corpo absolutamente múltiplo”, retratando um cenário que apresenta “de um lado, corpos, mas não individualidade; de outro lado, uma individualidade, mas uma multiplicidade de corpos” (ibid, p. 57). Por isso o corpo do rei é um símbolo devidamente à mostra, trazendo à luz a significação da própria ordem vigente das coisas.

O exemplo do rei, com um aparato de individualização cerimonialista ligado a um posto, dá visibilidade ao próprio poder de soberania. Segundo ordem ritualística, elementos como a coroa, o cetro, o manto trazem em cena a insígnia de comando do rei, ou seja, são todos “elementos simbólicos do poder” (ibid, p. 29). Além disso, na cerimônia da soberania concentram-se também o elo vinculante das marcas das coisas com o uso político de sua devida decifração, resultando daí certos dispositivos estratégicos de poder. Por exemplo, em alguns “cenas” como “coroação, desapossamento, submissão, fidelidade, rendição, restauração, etc” (ibid, 40), efetiva-se a simbólica e conseqüente ordem política enquanto parte do cerimonial do soberano – uma nota: “por cena, não entender um episódio teatral, mas um ritual, uma estratégia, uma batalha” (ibid, p. 41). Portanto, no cerimonial de elementos simbólicos, todo o investimento se apóia em uma estratégia de relações de poder.

Quando consideramos que o “corpo do rei” ou o “corpo do príncipe” contém fator multiplicador também estamos dizendo que a realidade do reino, no corpo dos súditos, deve ser inscrição de semelhanças mútuas. Aqui vale mencionar que os termos “rei” e “príncipe”, de forma significativa, trazem referência a “*res*” e a “*arché*” (“coisa substancial” e “princípio de ordenação”, respectivamente). Ou seja, o rei (ou príncipe) é princípio unitário e substancial de ordenação dos múltiplos, em seu reino; é a marca significativa para toda a multiplicidade, e nela está a leitura e a decifração cabível à ordem das coisas. Logo, no reino, tanto os membros distantes quanto os próximos, alcançados pela força significativa e vinculativa do corpo do rei, estão imantados ou vinculados a ele por laços de similitudes. Quer dizer, no signo *corpo de rei*, ao vincular marca e mundo, há o que podemos chamar de um real assinalado, cujo sentido é de retirar e proliferar semelhanças convenientes para toda a multiplicidade envolvida.

Encontrar, pois, a devida semelhança no grande rei sinaliza um sentido de ser para a grande multiplicidade anônima. Por sua vez, o pequeno anônimo, em seu corpo individual, recolhe assim semelhanças, a ponto de ver a correspondente extensão, em si mesmo, do corpo desse rei. Eis, pois, a força e o poder político vinculado ao corpo do rei.

Na figura do rei, o vínculo de mundos

Ernst H. Kantorowicz, em seu livro *Os Dois Corpos do Rei*, retrata bem um modo de decifrar a figura e o papel do rei do Medieval ao Renascimento. Para ele, a figura do rei é uma figura mista, mais precisamente, é um misto de político e de mítico. Sua imagem é a do tipo “ungido” por Deus, e assim intercede, em pensamento e vontade, com as forças celestes, aliando-se ao divino. Tal imagem ainda manifesta graça, boa fortuna, sorte, e outros elementos, por assim dizer, da providência cósmica que pousa sobre o reino.

O rei possui um corpo natural, sujeito às vicissitudes terrenas, e um corpo místico, ligado às figuras perfeitas do céu – as quais, no contexto cristão, se referem principalmente a Cristo/Rei ou simplesmente a Deus. Conforme expressão latina, trata-se da *figura et imago Christi et Dei*. No corpo do rei, as práticas religiosas refletem o político a ser incorporado socialmente, pois, em sua pessoa, há a duplicação das esferas secular e religiosa. Não é, todavia, somente um corpo individual: é corpo total, cuja consistência é catalisar em si o poder régio e poder divino. Isso equivale a dizer que seu corpo carrega a marca de ser o vínculo mediador entre dois mundos: o mundo do divino/sagrado e o mundo do terrestre/profano.

Um rei cristão é o escolhido por Deus para o governo secular dos demais cristãos no mundo terrestre. É assim personificação da benção divina para o bom governo de seu reino e de seu povo. Estamos aqui denotando a semidivindade do rei, ou melhor, a sua descendência de divindade, a qual é vista, no imaginário coletivo renascentista, não como um sacerdote, mas como o regente ou a liderança política ungida. À época da renascença, obviamente tal descendência divina era concelebrada e co-repartida junto às lideranças clericais da Igreja cristã. Todavia, se o rei é o elo político entre a divindade e o povo, logo, sendo escolhido, é necessariamente o governante ideal que todos esperam, ou seja, o *bom rei*. Investido assim de poderes, lança-se enquanto mão governante e mantenedora da ordem e da paz. Aliás, o símbolo

da pacificação também é a sua marca, isso porque, no período em que nos embasamos, cabe-nos notar que, na figura do rei, denota-se o líder pacífico, e não o heróico de guerra dos tempos remotos. Evangelicamente, cabe a ele o papel sagrado de *príncipe da paz* em seu reino. Mediante elo simbólico divino-terreno, a incumbência do príncipe governante é ser o guardião do bem estar de seu povo, quer dizer, ser o protetor do reino, do equilíbrio e da prosperidade social, à semelhança do cuidado de Deus com suas vulneráveis criaturas.

Quanto ao contexto ritualístico, podemos dizer que o rito de coroação – inclusive re-atualizado, periodicamente, segundo estações do ano ou ciclos lunares - confirma o cerimonial régio em torno de sua polaridade sacra. Investido com poder divino e profano, a unidade do terreno e do celeste se faz visível, cosmicamente, no próprio corpo do monarca. Neste corpo, céus e terra estão unidos simbolicamente, logo, unifica a todos em seu reino. E a estabilidade do reino busca refletir, soberanamente, e em similitudes, as qualidades do perene, do duradouro, do eterno. A coroação é a marca do rei que vincula, por força simbólica, o povo à ordem cósmica divina. Nesse sentido, a imagem do rei pode ser apresentada com o poder de líder pacífico, mas, se necessário, também um líder militar no combate às forças do mal, isto é, contra seres inoportunos e moralmente monstruosos que circulam ao redor da corte. O rei corresponde, sem delongas, a imagem da justiça, cuja prática é solenemente majestosa e divina. A autoridade do rei deve arbitrar tanto sobre as esferas do pecado e da imoralidade quanto sobre a esfera da desordem social, dos danos praticados por alguns súditos em relação a outros.

Nessa envergadura de poder terreno e sacralizado, mais simbologia, em devoção à figura do rei, denotam merecidas oferendas de louvor. Em sua homenagem, rituais são realizados quando a fortuna é boa, em agradecimento às bênçãos dos céus - sacrifícios religiosos por boas colheitas, por exemplo. Cabe, no contexto, apreciar um símbolo que, por vezes, é notado: halos angélicos podem aparecer circundando o régio. Também na estamperia do monarca encontramos o símbolo do “elmo”. Além é claro, sobre a cabeça, sempre um diadema que ornamenta a sua figura, outorgando-lhe a fama de possuidor de benevolência, sabedoria e poderosa força.

Ainda a respeito de tais símbolos, vemos que, por exemplo, na imagem dos braços fortes que empunha o cetro ou a espada repousada da realeza, o que se sinaliza é uma figura de rei potente, de prontidão, vigoroso e forte. E, na imagem da barba ou do cabelo grisalho, o que se indica é uma figura de rei sábio. A sua vida é sinal de alegrias

e sua morte, em contrapartida, marca de tristezas. Acrescenta-se a isso as insígnias, os estandartes, as cores régias, tudo isso devidamente a mostra para se ver.

Vinculada à iconografia da realeza, também a classe aristocrática vai se situando no contexto. Certamente não no papel de mediadora entre mundos, mas, no papel de força moralizante é que se assinala a condição natural de ser aristocrático, e que permite gozar de benesses que legitimam sua autoridade. Exemplo disso é o sangue nobre, cuja marca simbólica qualifica o seu portador, diante de outros grupos, como detentor de uma virtude especial que a própria natureza lhe concedeu, aliando a isso um efeito de poderio político dentro dos circuitos sociais renascentistas. Assim, vemos que tanto a figura real quanto a marca aristocrática se beneficiam da circularidade de signos ditos naturais.

Enfim, no dorso dessa engrenagem simbólica, a realidade renascentista se apresenta em sua naturalidade: curvada ao divino e arrolada ao terreno - eis a sua imagem. Sem dúvida, é desse cenário que advirá a arbitragem de todo o conjunto circundante maior, das relações diversas da sociedade. Encontra-se aí, por exemplo, no nível do uso de lugares, além da conjunção de soberania entre o rei e a coletividade de seu reino, a relação entre o servo e o senhor, o detentor do feudo e suserano, o padre e o leigo. Estar à eventual disposição de alguém é o resultado cabal desse tipo de poder, justamente porque “se é marcado por um gesto que teria sido feito de uma vez por todas” (FOUCAULT, 2006, p. 59). Dentro desse tipo de relação de soberania, nota-se a condição de entrelaçamentos que tanto significa vínculos referentes a locais, a contratos, a propriedades como também compromissos com pessoas - individualmente falando - e com a coletividade.

Espaço de soberania: o território

No trato da vinculação dos seres no espaço do mundo, no contexto já analisado, ocorrerá o estabelecimento, sob forma de oposição, de um jogo de poder enquanto relação de passividade e obediência de uns e legitimidade de outros ou de outro, singularmente, o monarca soberano. O trânsito dos súditos para com o soberano, ou dos subordinados para com os subordinantes, estará condicionado, sobretudo, por relações fixas e definidas. Consideremos.

A partir do modelo feudal, o poder se vinculou às grandes organizações e à posse de territórios. No Renascimento, recaindo sobre um espaço territorial é que o

poder de soberania se efetivou. Quer dizer, a pessoa do rei, e sua segurança dentro do território, dependeram de uma forma de estratégia geopolítica, segundo a qual, primeiramente, havia a necessidade da fixação propriamente de um território. Ora, a ocupação de uma terra provoca a inscrição de um círculo territorial, em seu limite latifundiário. E aqui tomando emprestada a noção de círculo, pela imagem mediada segundo o giro da perspectiva de seu eixo, de bom grado ao reino seria conveniente a ratificação da ideia de imobilidade repousada – nunca sabemos, logicamente, se um círculo está ou não se movendo em torno de seu eixo. Imóvel ou se mexendo, tal situação diz bem da relação renascentista entre o soberano e seus súditos: se, por um lado, havia a circunscrição do território, de outro lado, havia a necessidade da devida ocupação para que as coisas permaneçam sem se mexer. Isso resume a estratégia geopolítica oriunda desse tipo de poder de soberania: a estabilização e sedimentação das coisas, cujo repouso faz com que as coisas não mais se mexam, permanecendo em seu lugar natural - mesmo podendo territorialmente se expandir - é uma estratégia importante para a soberania do reino.

Do poder político vinculado à soberania adveio tanto a prática de guarda e manutenção como também, quando possível, a prática de conquista de novos territórios. Demarcação, fixação, proteção e ampliação de um território se tornavam a preocupação para o terreno político. Isso porque, consideremos os recantos do mundo renascentista: incrustados nas curvas naturais de rios, nas planícies e nas montanhas, aldeias, vilas e cidadezinhas se erguiam, com casebres e ruelas desajustadas, por onde habitavam e circulavam os seus residentes. O *locus* territorial, enquanto dimensão extradiscursiva, tornou-se a área a ser configurada, geográfica e juridicamente, para o exercício da discursividade administrativo-política. Assim, o sistema de poder renascentista, oriundo ainda da feudalidade tardia, preocupava-se, em primeiro plano, com a ocupação e domínio territorial, ostensivo e extensivo. Aliás, queremos também sinalizar “ostensivo” em relação ao número de habitantes e “extensivo” em relação ao tamanho do território.

Portanto, no período renascentista, havia um valor positivo referente à ideia de população numerosa para um reino forte. No brasão do soberano, também figurava a simbologia de súditos numerosos. Vasta população e concentrados tesouros marcam, pois, o poderio de um soberano em seu reino:

Para que um soberano fosse poderoso, era evidentemente necessário que ele reinasse sobre um território extenso. Media-se também, ou estimava-se, ou avaliava-se a importância dos seus tesouros. Extensão do território, importância dos tesouros e população, sob três aspectos aliás: portanto, uma população numerosa e, por conseguinte, capaz de figurar no brasão do poder de um soberano, essa população se manifestava pelo fato de que ele dispunha de tropas numerosas, pelo fato de que as cidades eram populosas, pelo fato enfim de que os mercados eram muito freqüentados. Essa população numerosa só podia caracterizar o poder do soberano sob duas condições suplementares. A de que ela fosse obediente, de um lado, e, de outro, animada pelo zelo, por um gosto do trabalho e por uma atividade que permitiam que o soberano, por um lado, fosse efetivamente poderoso, isto é, obedecido, e, por outro, rico. (FOUCAULT, 2008, p. 89)

Levando isso em consideração, sem mais, o que se verifica é o seguinte: de seu lugar, e com seu *status*, a figura do rei soberano deve reger a todos e, no laço das leis, a relação de obediência de seus súditos deve ser a contrapartida deixada pela marca simbólica – de medida cosmológica - que se verticaliza na esfera da autoridade real. No fundo, o *porquê* dessa configuração de domínio simbólico de poder sobre a realidade se resume em favor da própria “segurança do príncipe: era esse o problema do príncipe, na realidade do seu poder territorial, era esse, ao meu ver, o problema político da soberania” (ibid, p. 85), argumenta Foucault.

Célula de soberania: a família

Em um espaço epistêmico configurado pela circulação de marcas e signos de similitudes, no século XVI, também o poder de soberania se encontrará nas relações mais restritas, ou seja, nas relações internas à família. Diz ainda Foucault que há uma permanência do “sistema de soberania que age na sociedade sob a forma da família” (2006, p. 100).

A fim de melhor entendimento, antes recorramos a um novelo de similitudes que se encontra ao longo do capítulo II de *As Palavras e as coisas*, cujo propósito leva a crer na prática regular do ajustamento. Lá se nota um circuito de junção de anéis, de anelamentos, por meio da recorrência de termos como elos, cadeias, liames, encadeamentos, enrolamentos, em um ajuste com força semântica bastante rica em significações. Tal riqueza é sugerida no próprio destaque de palavras em latim, recolhidas por Foucault da *Syntaxeon artis mirabilis*, de P. Grégoire, escrita em 1610 na

Colônia. Destaca-se o seguinte: “a trama semântica da semelhança no século XVI é muito rica: *Amicitia, Aequalitas (contractus, consensus, matrimonium, societas, pax et similia), Consonantia, Concertus, Continuum, Paritas, Proportio, Similitudo, Conjunctio, Copula*” (id, 2000, p. 24; id, 2013, p. 11-12). Ao que parece, todos esses termos participam de uma disposição de linguagem cujo mecanismo parece trazer um atributo comum: a aproximação ou o ajustamento. E justamente com toda essa virtude semântica, a realidade familiar aparece no limite configurado da cópula das semelhanças, quer dizer, o acúmulo desses termos, e reconhecimento de uns com os outros, fizeram desenrolar e expandir o carretel das semelhanças no seio familiar.

No contexto do mundo renascentista, quando se fala de família o modelo apresentado é a existência da família aristocrata ou da nobreza. Tais famílias renascentistas, como também a “família medieval, a família do século XVII ou do século XVIII eram de fato famílias fortes, que deviam a sua força à sua própria homogeneidade em relação aos outros sistemas de soberania” (id, 2006, p. 102). A família sendo um sistema de soberania, “era muito forte (...) porque se parecia com os outros tipos de poder” (ibid, p. 102). Isso porque ela se fundia com uma série de outras relações - também dadas como outros dispositivos de soberania - a saber: “relações do suserano com o vassalo, as relações de pertencimento a corporações, etc.” (ibid, p. 102).

De todo modo, há duas coisas a serem consideradas em relação à família: primeiro, há nela um funcionamento de relações amarradas a um poder “essencialmente do tipo da soberania” - isto é, a família é “uma célula de soberania”, “um desses dispositivos de soberania” (ibid, p. 102). Em segundo lugar, podemos dizer que, dentro do contexto familiar, o que aparece são relações heterotópicas de elementos desnivelados, cuja realidade deve ser ajustada pela absorção dessas relações a outros sistemas – no caso, ao sistema de soberania. Dessa maneira, a fim de equilíbrio dos desnivelamentos em suas relações, na célula familiar acontecerá um jogo de ajustes: do ajustamento interno, por consequência, a família comporá o seu próprio sistema de soberania.

No entanto, em seu limite, os anelamentos familiares desenhavam um círculo marcadamente fechado – espaço privado, portanto. Dessa forma, a família pontualmente conserva, por compor um sistema de soberania, um laço de compromissos de assistência aos seus membros e de obrigações. Essa forma de ser da célula familiar envolve compromissos com o pertencimento e dependência com seus vínculos, e suas marcas são estabelecidas ritualisticamente “de uma vez por todas sob a forma do casamento ou

sob a forma do nascimento” (ibid, p. 100). Tudo isso sinaliza a força interna e imantada da obediência aos enlaces naturais, como garantia ao bom funcionamento da própria célula natural familiar. Conforme já dito, a referência a um ato anteriormente praticado e reverência ao seu rito cíclico é que confere estatuto e permanência à família.

Por fim, na obediência aos sinais visíveis a todos, se vê concretizada na família uma realidade de crivo soberano/patriarcal. É justamente no “nível do pai” - aquele que exerce o poder – que advém a característica bem notada nos sistemas de soberania: a função da “individualização máxima” de quem está no topo. E dentro desse leque, há uma espécie de indiferenciação, ou mesmo uma diferenciação frouxa, de quem circula ao redor daquele, mas é claro “o pai, enquanto portador do nome e na medida em que exerce o poder sob seu nome, é o pólo mais intenso da individualização, muito mais intenso do que a mulher e os filhos” (ibid, p. 99). Se quisermos ainda traçar outros esboços figurativos, diríamos que, tomando a ideia de círculo fechado entre pai e sua prole, a família - assim constituída estatutariamente - também pode ser tomada com referência a um “ponto zero”: ponto de princípio que garante a “passagem”, “junção” e “circulação dos indivíduos” (ibid, p. 101-2) em um sistema de soberania

Aliás, não discorremos aqui, mas valerá uma nota: no processo histórico, o sistema da macrofísica da soberania vai se justapor posteriormente, através da própria instância familiar, à microfísica do poder disciplinar, desenvolvida a partir do século XVII.

Considerações finais

Do ponto de vista das estratégias geopolíticas do saber-poder renascentista, prezamos em considerar algumas esferas - a saber, extensão territorial, instância macrofísica da soberania, práticas familiares e outras afins – na tarefa de apresentar posicionamentos e lugares estabelecidos, intensificados segundo força simbólica, no contexto das relações humanas.

Pudemos notar, pois, a circulação de símbolos atrelados ao reino territorial monárquico: ao longo do território, seja nas propriedades rurais - pertencentes às famílias nobres e aristocratas - seja nos vilarejos com seus casebres - lugar dos pobres súditos - os corpos revestiram-se em aderência a marcas, brasões, signos, cifras e outros caracteres similares, incorporando conteúdos simbólicos. Quer dizer, os corpos tomaram para si simbologias diversas, conservando gestos, cerimônias e ritos, pelos quais

conotavam pertencimento à roda do similar, cuja fonte estaria remetida ao ordenamento natural das coisas ou à ordem mesma da natureza.

Por meio de um domínio estratégico-geográfico, símbolos disseminados territorialmente acabaram crivando lugares consignados, transpassados por assinalações. Neste cenário, lugares e situações humanas foram dispostos e condicionados por todo um vínculo de conteúdos decifrados a partir dessas marcas depositadas no mundo, resultando daí um poder efetivo sobre coisas, locais, objetos e indivíduos.

Enlaçados ao simbólico, portanto, é que frisamos a existência de corpos espelhando o semelhante. Assim, por exemplo, ao apresentar a figura do rei e seu corpo simbólico, notamos que, imantados a essa figura cheia de simbolismos, espelharam-se relações de poder reinantes e similares entre servos e senhor, vassallos e suserano, leigos e padre, mulher/filhos e pai - ou seja, todo um vínculo social situado aparece amarrado a um exercício de poder, cuja zelosa ordem hierárquica é remetida à ordem do simbólico.

A estratégia da manutenção dos signos simbólicos no Renascimento, historicamente favoreceu, por assim dizer, todo um desenho político em torno do poder macrofísico da soberania. Neste contexto, sob ótica governamental, há de se notar a relevante ação, em prol do resguardo soberano, de legitimar ambientes “simbologizados” - lugares de estruturas demarcadas e fixas, onde os indivíduos agem em conformidade à significância do simbólico ali depositado. Cumpre dizer que, tanto a fixação de um limite territorial quanto, dentro dele, a fixação de papéis sociais promovida mediante circulação de símbolos condizentes a tal propósito – justificáveis, aliás, pela convertida naturalidade que se nos apresentam - foram aqui consideradas como importantes estratégias geopolíticas do saber-poder renascentista.

Do monarca a outras marcas, ressaltamos, importava que o visto e o lido no mundo fosse decifrado a partir de uma naturalidade. Quer dizer, a força envolvente de similitudes transformou-se em primeira aderência do simbólico junto à natureza das coisas - o próprio símbolo tornou-se co-original, retratando e traduzindo a ordem do natural. Isso se deveu, primeiramente, segundo certa relação de similitudes entre palavras e coisas, a qual, por consequência, levou à instauração de símbolos naturais tanto para ver quanto para ler. Em virtude deste encadeamento, o olhar renascentista, absorvido na simbologia do similar, imantado à natureza, foi capaz, cada vez mais, de tudo envolver, enlaçar sinais, adivinhar correspondências exteriores na natureza e incorporá-las ao espaço limite de suas relações interpessoais.

Podemos situar que a amplitude simbólica do exercício de poder soberano atingiu e organizou uma cobertura não somente do menor – o vilarejo, por exemplo - mas, significativamente, daquilo que é tomado como o maior, todo o reino. Mediante a lógica extensiva, a relativa proporção circundante da parte ao todo configurou o alcance e arbítrio do poder condecorado sob insígnia de soberania macrofísica. Isso porque, no século XVI, a ordenação dada ao mundo, mediante naturalização de sua linguagem simbólica, notabilizou um circuito de registros, marcações, assinalações que se estenderam de um *locus* pontual a toda extensão do *locus* territorial e, mais um passo, a um *topos* de abrangência ainda maior, total, cósmico. Dizendo de outro modo, a circularidade dos sinais simbólicos engendrou-se no âmbito de uma confabulação universal, adentrando-se, inclusive, em conjuração ao religioso, na esfera do sagrado.

Em suma, a atualidade de uma marcação simbólica, no Renascimento, propiciou, na prática, circulação de semelhanças “para” e “entre” as coisas e pessoas em seus lugares de existência. Tanto a ordem do macro quanto a do microcosmo foram pensadas por uma configuração de similitudes que levou a reciprocidades do grande no pequeno ou do pequeno no grande. A mesma proporção figurativa deve ser entendida, portanto, no posicionamento da figura-mor do rei junto a seu reino e também na figura-mor do pai junto à sua família. Em razão disso, em especial, vimos que a análise considerou, em um corpo visível, um *corpus* simbólico que carregara significados reais para o coletivo - inclusive, vinculando uns a outros, ritualisticamente. Tanto o corpo do rei soberano quanto o corpo patriarcal - presente internamente à família, e também fora dela - assumiram relevâncias e indicativos de exposição.

REFERÊNCIAS:

FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault*. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução, Elisa Monteiro. – 3º ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. – (Ditos e escritos; II)

_____. *As Palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção Tópicos)

_____. *O Poder Psiquiátrico*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006. – (Coleção Tópicos)

_____. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. – (Coleção Tópicos)

KANTOROWICZ, E. H. *Os Dois Corpos do Rei*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.